


GASTOS COM O ESPORTE NA GESTÃO 2012-2015 DO GOVERNO DO PARÁ: QUANDO A PRIORIDADE NÃO FOI A GARANTIA DO DIREITO SOCIAL

Recebido em: 10/01/2022

Aprovado em: 09/06/2022

Licença: 

*Fátima de Souza Moreira*¹
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém – PA – Brasil

*Lucília da Silva Matos*²
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém – PA – Brasil

*Luciano Pereira da Silva*³
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte – MG – Brasil

RESUMO: O artigo objetiva analisar o financiamento público para o esporte no estado do Pará durante a gestão 2012-2015 no tocante aos investimentos direcionados para as dimensões do esporte, afim de identificar as prioridades das políticas executadas. Para tanto desenvolveu-se pesquisa documental e bibliográfica. A coleta de dados foi realizada em documentos oficiais da gestão. Para a análise dos dados utilizou-se a técnica proposta por Boschetti (2009), e desenvolvida segundo o indicador direcionamento dos gastos. Os resultados revelam que há uma centralidade do financiamento e dos gastos com a dimensão do esporte de alto rendimento, com foco na realização dos grandes eventos esportivos e na infraestrutura, com destaque para reforma do estádio olímpico, o que evidencia a prioridade com uma dimensão esportiva que não responde a possibilidade do acesso universalizado à maioria da população.

PALAVRAS-CHAVE: Financiamento do esporte. Dimensões do esporte. Direcionamento dos gastos públicos. Estado do Pará.

¹ Docente da Faculdade de Educação Física – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará. Doutora pela UFMG. Membro-pesquisadora do Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Política Pública de Esporte e Lazer da Rede Cedes do Pará.

² Docente da Faculdade de Educação Física – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará. Doutora. Coordenadora e pesquisadora do Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Política Pública de Esporte e Lazer da Rede Cedes do Pará.

³ Docente do Departamento de Educação Física e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em Educação/UFMG. Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer – POLIS.

SPORTS EXPENDITURE IN THE 2012-2015 ADMINISTRATION OF THE GOVERNMENT OF PARÁ: WHEN THE PRIORITY WAS NOT TO ENSURE SOCIAL RIGHTS

ABSTRACT: This article aims to analyze public funding for sport in the state of Pará during the administration of the 2012-2015 with regard to investments targeted to the dimensions of sport, in order to identify the priorities of the implemented policies. To this end, documentary and bibliographic research was developed. Data collection conducted in official administration documents. For the analysis of the data, the technique proposed by Boschetti (2009) was used, and developed according to the expenditure targeting indicator. The results reveal that there is a centrality of financing and expenditure with the dimension of high-performance sport, with a focus on the holding of major sporting events and their infrastructure, with emphasis on the reform of the Olympic stadium, the venue of major sporting events, which shows the priority with a sporting dimension that does not respond to the possibility of universal access to the majority of the population.

KEYWORDS: Sports Financing. Sports Dimensions. Targeting of Public Expenditure. State of Pará.

Introdução

A pesquisa que deu origem a este artigo tem como *locus* o estado do Pará, mais especificamente as dimensões do esporte priorizadas e o direcionamento dos gastos na política de esporte no Governo do Estado do Pará, na gestão 2012-2015, referente ao Plano Plurianual (PPA) da gestão do Governador Simão Jatene pertencente ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB⁴), que governou o Pará por 20 anos⁵.

As ações de esporte no estado do Pará são desenvolvidas pela Secretaria de Esporte e Lazer - SEEL desde sua criação, em 28 de abril de 1999, pelo então Governador Almir Gabriel que, assim como Simão Jatene, também foi governador pelo PSD.

⁴ Partido da Social Democracia Brasileira. Fundado em 25 de junho de 1988. O então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC), também do PSDB, foi eleito em 1995, quase dez anos depois da fundação do partido. Nesta mesma eleição, o partido elegeu também seis governadores: Mário Covas (SP), Marcello Alencar (RJ), Eduardo Azeredo (MG), **Almir Gabriel (PA)**, Albano Franco (SE) e Tasso Jereissati (CE). No Congresso, elege nove senadores e 62 deputados federais.

⁵ O PSDB governou o Pará de 1995-2002 com o governador Almir Gabriel, 2002-2006 com a primeira gestão do Governador Simão Jatene e após um intervalo de 4 anos, com a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), 2007-2010, o PSDB retorna ao governo 2012/2015 e 2016/2019.

Diante desse longo período na gestão do Estado, observou-se que após a criação da Secretaria de Esporte e Lazer e da Lei nº6.093/1997, que cria a Organização Desportiva do Estado do Pará, não houve outra movimentação com a perspectiva de assegurar a política de esporte como demanda prioritária para a agenda política de Estado no que tange ao financiamento público para o setor. Por outro lado, observou-se que, embora o discurso propagado, pelo governo Jatene (2012-2015), fosse o da inclusão social, o que se evidenciou foi a priorização de recursos para o Esporte de rendimento.

Outro aspecto propulsor para a realização desta pesquisa foi a constatação, a partir de levantamento realizado acerca dos estudos no campo das políticas públicas de esporte e lazer no Estado do Pará, especificamente em relação à temática do financiamento público dessas políticas, da ausência de produções acadêmicas sobre o tema. Aspecto destacado também por Grasso e Isayama (2017) que apontam a inexistência de pesquisas sobre o financiamento público das políticas públicas de esporte e lazer no estado do Pará.

Segundo os estudos de Mascarenhas (2016) e Mathias, Athayde e Mascarenhas (2015), as análises sobre o financiamento público, embora sejam amplas e utilizadas para grande parte das ações governamentais, não se aplicam no campo das políticas públicas de esporte. Os estudos de Almeida (2009), Athayde (2014), Castellani Filho (2013), Mathias, Athayde e Mascarenhas (2015), Carneiro (2018), são algumas das pesquisas encontradas acerca do tema.

No Brasil, um marco legal importante que assegurou o esporte como um direito social foi a Constituição Federal (CF) de 1988. A partir da CF, foi registrada a maior parte da legislação federal para a área do esporte. Dentre essas leis, a que recebeu maior destaque foi a “Lei Pelé” (Lei nº9.615/1998), pela sua importância em instituir normas

gerais sobre desporto, regulamentando o Sistema Brasileiro do Desporto que compreende o Sistema Nacional do Desporto e os Sistemas de Desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em relação à classificação das dimensões do esporte, tomou-se como referência a Lei Pelé, que em seu Art. 3º trata da natureza e finalidades do esporte e apresenta a compreensão das diferenças entre as três manifestações esportivas: Desporto Educacional, Desporto de Participação e Desporto de Rendimento.

Nessa perspectiva, as questões relacionadas ao financiamento das políticas públicas de esporte, concretizadas nas suas ações e projetos, geraram inquietações e questionamentos que se constituíram na pergunta problema dessa pesquisa: quais as dimensões do esporte que foram priorizadas na execução dessas políticas? Quais foram as ações prioritárias em termos de gastos na área de Esporte no referido período?

O objetivo deste artigo é o de analisar o financiamento público para o esporte no estado do Pará no período 2012-2015, no que tange as dimensões do esporte e as principais ações priorizadas em termos de gastos na área.

Para tanto desenvolveu-se pesquisa tendo como referência as abordagens qualitativa e quantitativa articuladas, pois compreende-se, conforme Minayo (2009), que a diferença entre qualitativo-quantitativo é apenas de natureza e o conjunto de dados quanti-quali não se opõem, ao contrário, se complementam, uma vez que a realidade abrangida por eles interagem dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Na Coleta e Análise dos Dados, como procedimento técnico (GIL, 2002), realizou-se inicialmente a pesquisa bibliográfica, fazendo um levantamento de teses, artigos e livros que se debruçam sobre o objeto em estudo.

Em seguida, partiu-se para a pesquisa documental, mais especificamente utilizou-se a fonte de registros institucionais escritos, que segundo Gil (2002, p.47) “[...] são aqueles fornecidos por instituições governamentais, como projeto de lei, relatórios

de órgãos governamentais, entre outros. Podem também ser de fontes não governamentais”.

A coleta de dados foi realizada nos sites oficiais do governo do Estado, como as Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN) e Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL). Estes foram organizados em pastas de acordo com a sua natureza: relatórios anuais, planos plurianuais, mensagens do governo, orçamentos; com destaque para documentos como peças do planejamento do orçamento do Estado no referido período, disponibilizados no site da Secretaria da Fazenda (SEFA), e nos documentos disponibilizados no site da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), como o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Mensagens do Governo do Estado à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) referentes à gestão PPA 2012-2015, o Relatórios do Balanço Geral do Estado–BGE/ SEFA, referentes aos exercícios 2012 a 2015⁶

Importante destacar que o PPA, a LDO e a LOA, referentes ao ano de 2011, estão contidos no quadriênio do Governo anterior, de 2008-2011. Portanto, no que se trata da análise desses documentos, trabalhou-se com o quadriênio 2012-2015.

Com relação à análise da pesquisa documental, esta foi realizada com base na técnica proposta por Boschetti (2009). A abordagem analítica de políticas sociais, desenvolvida pela autora, apresenta uma estrutura de análise e avaliação das políticas sociais pautada em três aspectos:

É possível sinalizar alguns aspectos que constituem elementos empíricos de análise para delineamento do quadro institucional que conforma a política ou programa social avaliado: 1) os direitos e benefícios estabelecidos e assegurados; 2) o financiamento (fontes, montantes e gastos); 3) gestão (forma de organização) e controle social democrático (participação da sociedade civil). Cada um desses aspectos pode ser desdobrado em inúmeros

⁶ Disponível em: <http://www.sefa.pa.gov.br/index.php/receitas-despesas/contabilidade-geral/2264-contabilidade-geral>. Acesso em: nov. 2018.

fatores e indicadores, de acordo com os objetivos da avaliação (BOSCHETTI, 2009, p. 45).

Para cada um desses aspectos utilizados nas análises das políticas sociais, a autora propõe indicadores. Para este artigo tomou-se como referência o indicador “direção dos gastos” que, segundo Boschetti (2009), corresponde à análise da aplicação dos recursos da política ou programa social. Nessa perspectiva, foi dado conta aqui dos objetivos específicos, que buscam identificar o grau de prioridade que foi dado às dimensões de esporte que receberam maiores investimentos durante o período da gestão, aspectos fundamentais para se conhecer o destino dos recursos públicos. Para isso, foram analisados documentos, como a LDO, o PPA, as Mensagens do Governo à ALEPA e os Relatórios Anuais do PPA.

Gastos com as Políticas de Esporte Desenvolvidas pelo Governo do Estado do Pará: O esporte como um Direito Social

A inclusão do esporte e do lazer na Constituição Federal Brasileira de 1988, foi uma conquista para a população brasileira, uma vez que o esporte e o lazer passam a ser entendidos como direito social e como tal se concretiza através de políticas sociais que devem ser assumidas e oferecidas à população pelo Estado.

Além de fazer parte do conjunto de interesses culturais do lazer⁷, o esporte também ganha mais um artigo na nova CF. No art. 217 da CF de 1988, o esporte passa a ter a atenção do Estado brasileiro com formulações de políticas para o setor, conforme o texto constitucional: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um [...]” (BRASIL, 1988).

⁷ Segundo Nelson Carvalho Marcellino (2002), em seu livro ‘Estudos do lazer: uma introdução’, os interesses culturais do lazer são: os interesses artísticos, os intelectuais, os físicos-esportivos, os manuais, os turísticos e os sociais.

Portanto, na medida que o esporte e o lazer compõem o conjunto dos direitos sociais assegurados na nova CF, passa a ser responsabilidade do Estado brasileiro assegurar ao cidadão o acesso a essa manifestação em suas diferentes dimensões: esporte participação, esporte escolar e esporte de rendimento. Como também passa a ser estratégico a cobrança, junto ao Estado brasileiro, para assegurar a alocação de recursos públicos para o desenvolvimento dessas políticas.

A classificação das dimensões do esporte designadas pela Lei nº9.615/1998⁸, também conhecida como Lei Pelé são: I. Desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo, e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer; II. Desporto de participação, praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente; III. Desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais da lei e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do país, e estas com as de outras nações.

A análise dos documentos oficiais foram realizadas com foco nas políticas públicas de esporte executadas pela SEEL, a partir do entendimento do esporte como

⁸ A Lei nº 13.155, de 2015, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte - LRFE, incluiu no Art. 3º da Lei Pelé o inciso IV com a dimensão do Desporto de Formação, mas em nossa pesquisa não trabalhamos com tal denominação. Vejamos sua caracterização: IV Desporto de Formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição.

I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

II - de modo não-profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 2000).

direito social garantido em nossa Constituição Federal/1988, bem como no conjunto das leis estaduais para a regulamentação das políticas no setor no estado do Pará.

No documento “Mensagem à ALEPA”, de 2012, em seu Capítulo “A gestão do Estado”, foi possível observar, em linhas gerais, que o modelo de gestão adotado pelo governo Simão Jatene anunciava a permanente modernização da máquina pública. Esse modelo era pautado na política tucana do choque de gestão⁹, que tinha a perspectiva de atingir a maior transparência e eficiência do aparelho estatal, apresentando objetivos e fins para o ato de governar, garantindo:

[...] a elevação da qualidade de vida do cidadão, **redução da pobreza e das desigualdades sociais**, desenvolvimento econômico com emprego para todos, sustentabilidade, perspectivas de futuro. Em resumo, uma vida com saúde, segurança, renda, habitação, acesso à educação, à cultura e **aos esportes** para todos (PARÁ, 2012, p. 20-21, grifo nosso).

No trecho acima fica claro que as ações de esporte ganharam destaque na política do governo Jatene, com a perspectiva da melhora da qualidade de vida da população paraense. Contudo, durante a análise dos documentos, verificou-se que as políticas voltadas **ao Programa Esporte e Lazer: um caminho para inclusão social**, não receberam investimentos necessários que garantissem sua efetivação.

No discurso oficial do governo, trabalhava-se com a lógica recorrente do estado capitalista, em que se considera a relação das políticas sociais e o esporte, na medida que apresenta este como um elemento que, se praticado pela população, “automaticamente” elimina a situação de desigualdade social e promove a inclusão social.

Nessa direção, Rittner¹⁰ (2009) levanta reflexões sobre os mitos e esperanças sobre o esporte. Para o autor:

⁹ Receita neoliberal utilizada pelas gestões do PSDB, baseada no corte de gastos, enxugamento da máquina e redução de investimentos em algumas áreas como saúde, assistência e educação (BRULON, VIEIRA; DARBILLY 2013).

¹⁰ Pesquisador alemão, da Universidade de Colônia (Alemanha), que atua na área do esporte e lazer. Discorre sobre a máxima do mito do esporte como um meio para ascensão social, trazendo análises

Frequentemente se trabalha com um conceito muito simplificado de integração [e inclusão]. O fato de o “esporte” ser idealizado e supervalorizado também tem a haver com o desconhecimento dos aspectos especiais desse recurso. Existe uma acepção romântica sobre os seus efeitos. Na verdade, o esporte é parte das estruturas de desigualdade social; em parte é até mesmo um meio explícito de expressar desigualdade social (RITTNER, 2009, p. 36-37).

Na perspectiva de Rittner (2009), a lógica que envolve as práticas do esporte de alto rendimento pode se constituir em espaços férteis para expressar as desigualdades sociais. Ao observar a estrutura da Secretaria, foi possível identificar que são poucos os projetos que corroboram para uma política de inclusão e acesso para todos, pois apresenta uma centralidade de suas ações em projetos e eventos esportivos de grandes competições nacionais e internacionais, e, a maioria das construções e equipamentos esportivos estão concentradas nos municípios da região metropolitana.

A realidade hegemônica do alto rendimento nas ações do estado, segundo Bueno (2008), se dá muito em função da cultura esportiva do país no que diz respeito à relação do esporte com o Estado brasileiro, que, historicamente, se pautou no destaque e prioridade aos grandes eventos esportivos e seus efeitos positivos para as relações políticas dos governos com a massa popular, dando ao esporte de rendimento o lugar de destaque nas políticas estatais, e este se configurando como fio condutor das políticas públicas de esporte em todo país (MATHIAS; ATHAYDE e MASCARENHAS, 2015).

Segundos Bastos (2011), as políticas de esporte no Brasil vêm sendo pautadas em uma perspectiva funcionalista, amplamente difundida na sociedade brasileira, que apresenta o esporte com função “salvacionista”,

A crítica a essa abordagem “Funcionalista” aplicada nos projetos recai sobre a leitura da “função social” do Esporte realizada, ou seja, por estes projetos serem calcados na premissa da existência de uma relação direta de causa e efeito: magicamente, as crianças e adolescentes participantes dos projetos terão garantidos o desenvolvimento de sua cidadania, a sua inserção social [...] (BASTOS, 2011, p. 47).

referente ao que chamou de “Esporte Rico” e “Esporte pobre”. Ver mais em RITTNER, V. Esporte, um meio de integração social? *In*: MALINA, A; CESARIO, S. (org.) **Esporte fator de integração e inclusão social?** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

Nessa perspectiva do discurso “salvacionista” do esporte, embora o governo Jatene tenha propagado em seus discursos oficiais a busca da inclusão por meio das práticas esportivas, não apresentou uma agenda de prioridade que traduzisse o equilíbrio entre as dimensões do esporte, que de fato contribuisse com a possibilidade de fomentar uma política pública na área e fomentasse uma identidade cultural, potencializando a rica diversidade da cultura esportiva local. Para Manhães (2002, p. 20),

Por tudo isso é imprescindível, para que se compreenda a opção por determinada política de esporte e a forma como ela é praticada, que se leve em conta a conjuntura política, em geral, a conjuntura do mundo desportivo, em particular, e determinados traços diferenciadores do aparelho de Estado formulador daquela política, além da sociedade para qual ela foi determinada.

O governo Jatene, no decorrer de sua gestão, anunciava a necessidade de eficiência e controle dos gastos públicos para atender a meta de *superávit* primário, realidade vivida em todo país. Os ajustes anunciados pelos governos, articulados às políticas neoliberais vigentes no Brasil, reforçam a tese da relação entre política social e política econômica, ocasionando sempre a redução dos gastos com políticas sociais (Estado mínimo) para assegurar o compromisso dos governos com pagamento de suas dívidas, enfatizando suas implicações sobre o fundo público.

Segundo Behring e Boschetti (2008), o Brasil já vem há anos seguindo esta cartilha neoliberal, comprometendo significativas parcelas do orçamento público com a produção do *superávit* primário para pagamento da dívida pública, muitas vezes superando as próprias metas estabelecidas pelo referido fundo.

Contudo, uma tarefa mais premente se impôs: o reequilíbrio das contas públicas, condição básica para que os demais objetivos pudessem ser, ao menos, almejados. [...] O quadro que daí emergiu exigia medidas urgentes e radicais, que de fato foram tomadas, como a economia de 20% a 30% dos gastos em todos os níveis da administração estadual, sem afetar os serviços essenciais. A situação, porém, era grave e exigia mais: programa de reestruturação, ajuste fiscal, renegociação com o governo federal, rígido controle das despesas públicas, eficiência na arrecadação, enfim, um governo para enfrentar a pior crise da administração pública estadual das últimas décadas (PARÁ, 2012, p. 21-22).

Na Mensagem à Assembleia Legislativa, fica claro que o governo Jatene estabeleceu a continuidade da agenda neoliberal no estado: “[...] ajuste fiscal, renegociação com o governo federal, rígido controle das despesas públicas, eficiência na arrecadação [...]”. A expressão utilizada, “rígido controle das despesas públicas”, é um receituário clássico das políticas econômicas neoliberais, gerando o ajuste fiscal com contingenciamento dos recursos públicos, principalmente nos setores das políticas sociais, com retirada de recursos que também recaem sobre as políticas de esporte.

Segundo Carneiro (2018, p. 191), o estudo do financiamento público e dos gastos com as políticas de esporte “deve ser feito a partir da visão de totalidade do financiamento e gasto do Estado, pois ao mesmo tempo que o financiamento da política esportiva tem especificidades, tem também relação com o todo”.

Assim, a seguir será apresentado o resultado das análises referentes à dinâmica de financiamento das políticas de esporte na gestão estudada, a partir do indicador Direção do Gasto.

Dimensões do Esporte Priorizadas no Direcionamento dos Gastos

A gestão em análise aponta ações e projetos de esporte em seus relatórios e mensagens oficiais a partir das seguintes categorias: Esporte de Alto Rendimento (EAR), Esporte Lazer Inclusão (ELI), Grandes Eventos (EVNT) e Infraestrutura (INF).

Importante destacar que a categoria gestão, correspondente às atividades meio/administrativas e esta não será fonte de análise, uma vez que o foco do artigo são as dimensões do esporte priorizadas na execução das políticas durante a gestão relacionadas as atividades fins: os projetos e ações.

No Relatório de Avaliação do PPA de 2012, são apresentadas as duas vertentes do esporte desenvolvidas pela gestão, a saber: 1ª vertente “[...] se destina ao esporte de

alto rendimento (sujeito à quebra de *record*, à especialização na carreira de atleta e à obediência às regras e normas)” (2012, p. 250). Sua ação é direcionada à Fabricação de Ídolos, que realiza apoio por meio de bolsas aos atletas de rendimento para alcançarem o *ranking* nacional e internacional em suas modalidades. 2ª vertente “[...] está focada para a busca da qualidade de vida das pessoas, do prazer e da inclusão social” (2012, p. 250), e apresenta a implementação de Ações de Esporte e Lazer à população, citando também a implementação de Atividades Esportivas, Desportivas e Culturais Educacionais nas ações do esporte educacional (ações do esporte educacional desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)).

Os documentos oficiais apresentam a narrativa do governo, anunciando o desenvolvimento das políticas que atendem as duas vertentes, embora, em alguns momentos, o próprio discurso oficial revelava maiores destaques para as ações do esporte de alto rendimento. Como podemos observar no trecho do Relatório Anual PPA 2013.

O desempenho obtido em 2013 demonstra maior eficácia em ações destinadas ao esporte de rendimento e eventos esportivos de caráter local, regional e internacional. As iniciativas esportivas e de lazer, cujos objetivos envolviam projetos da comunidade, alcançou desempenho abaixo da meta [...]” (PARÁ, 2011a, p. 176).

O texto acima aponta a avaliação sobre a centralidade das políticas governamentais nas dimensões do esporte de rendimento, que apresentou uma dinâmica orçamentária concentrada em seus maiores recursos no conjunto dos projetos da realização dos grandes eventos esportivos e esporte de alto rendimento.

A segunda vertente do esporte inclusão, anunciada pela gestão, apresenta um volume menor de recursos, pelo qual deduzimos que, de fato, o esporte inclusão parece não ter representado a centralidade da política da gestão. Os poucos recursos nestas ações podem ter contribuído para dificuldade da realização do objetivo, em oportunizar

o maior acesso e inclusão para população, ficando ainda mais desafiador diante da grande extensão territorial do estado e suas Regiões de integração¹¹.

A realidade da concentração dos recursos em algumas ações e projetos esportivos podem ser observadas na execução financeira da SEEL para o período 2012 a 2015, como veremos no Tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Execução Financeira da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Estado do Pará, para o período de 2012 a 2015* (R\$)

Especificação/Dimensão	2012	2013	2014	2015	TOTAL
1.Pró-Paz nos Bairros ¹² (ELI)	387.115	473.908	249.107	0	1.110.130
2.Pró-Paz Infra (INF)	81.000	0	0	0	81.000
3.Pró-Paz Esporte e Lazer(INF)	0	0	0	108.452	108.452
4.Implementação do Projeto Pintando a Liberdade (ELI)	0	0	0	0	0
5.Fabricação de Ídolos (EAR)	1.085.260	1.930.250	710.911	1.850.183	5.576.604
6.Implementação das Ações do Esporte Paradesporto (EAR)	84.756	113.470	195.002	581.830	975.058
7.Novos Talentos para o Esporte (EAR)	8.329	921.611	49.140	99.973	1.079.053
8.Apoio ao Atleta (EAR)	0	430.432	995.565	1.077.618	2.503.615
9.Modernização do Parque Aquático de Educação Física da Universidade Estadual PA (INF- EAR)	0	0	0	0	0
10.Pará Aquático - Meu Rio Minha Rua (ELI)	675	55.358	29.295	15.983	101.311
11.Construção de Espaços de Esporte e Lazer (INF)	0	179.695	2.400.000	578.628	3.158.323
12.Realização de Eventos Esportivos e Lazer (EVNT)	11.322.734	7.193.820	13.297.610	12.980.298	44.794.462
13.Implementação de Ações de Esporte e Lazer (ELI)	372.517	99.000	4.850.660	2.009.934	7.332.111
14.Implementação do Estádio Olímpico do Pará (INF)	1.619.782	2.438.990	5.829.539	4.653.303	14.541.614
15.Vida Ativa na 3ª Idade (ELI)	-	314.805	167.656	283.278	765.739
16.Construção da Praça de Esporte e Lazer do Complexo Esportivo - Estádio Olímpico do Pará (INF)	188.415	7.680	0	0	196.095

¹¹ O Pará apresenta 12 Regiões de Integração, as ações do Planejamento para os municípios foram efetivadas pelo agrupamento dos 144 municípios em 12 regiões, com a perspectiva de diminuir as desigualdades regionais e atender as especificidades de cada região. A estratégia de regionalização do PPA estudado atende aos preceitos legais assegurados no Art. 204 da Constituição Estadual.

¹² Só ratificando que o Projeto Pró-Paz faz parte de uma ação articulada de governo no combate à violência. Portanto, não é um Projeto planejado pela SEEL.

Total	15.150.583	14.159.019	28.774.485	24.239.480	82.323.567*
--------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	--------------------

Fonte: Pesquisa documental, com base no BGE/SEFA 2012-2015.

*O total de recursos apresentados no quadro acima não inclui os gastos com as ações administrativas da SEEL, foi computado somente os recursos referente aos projetos e ações.

A análise do orçamento executado da SEEL, no período 2012-2015 revelam que o maior fluxo de execução orçamentária nas ações de esporte foi o ano de 2014, totalizando R\$ 28.774.485,00, seguido pelo ano de 2015, com R\$ 24.239.488,00, e logo depois, em 2012, com R\$ 15.150.583,00 e finalizando com 2013, com R\$14.159.019,00.

E os valores somente das atividades fins apresentaram um patamar entre R\$14.000.000 e R\$15.000.000 nos primeiros dois anos, e um aumento nos recursos nos dois últimos anos, com um patamar entre R\$ 24.000.000 a R\$ 28.000.000. Ou seja, os números aqui também ratificam que não ocorreu redução significativa no período entre 2012 a 2015. Resultados estes quando não são analisados em comparação ao orçamento planejado.

Será analisado a seguir com mais detalhes o valor total das ações observando as que mantiveram seus orçamentos estáveis ou crescentes no período da gestão. Vejamos, a seguir, as Ações da SEEL e as categorias de gasto.

A ação 12 no Quadro acima, que pertence à categoria grandes eventos, executou os maiores recursos do período, totalizando, nos quatros anos, R\$ 44.794.462,00, e conforme os documentos oficiais, a realização dos eventos possuía caráter de competições esportivas de alto rendimento, com abrangência regional, nacional e internacional. Esses valores, somados às ações de 5 a 8, ações da categoria de alto rendimento, receberam, no seu total, em quatro anos, cerca de R\$ 54.000.000,00, os maiores recursos nas ações da SEEL no período. Observei, também, que as duas ações, 4 e 9, da categoria Esporte e Inclusão, não executaram orçamento. Estes são mais dados que revelam as diferenças de prioridades dadas as dimensões do esporte na gestão.

A ação Realização de Eventos Esportivos executou em quatro anos o valor de R\$ 44.794.462 mil reais (vide Tabela 01), um volume de recursos que representa o dobro da soma do ano de 2014, que registra a maior execução com todos os programas da SEEL. O Ano de 2014 totalizou R\$ 24.239.488,00. Assim, a ação Realização de Eventos, que pertence à categoria Grandes Eventos, se destacou como o maior orçamento que todos os gastos anuais no período.

Pode-se observar que a realização de Eventos também manteve uma certa regularidade na execução com percentuais em torno de 100%. Sendo assim, a prioridade na realização dos eventos esportivos se deu em detrimento de programas, como “Vida ativa na 3ª idade”.

Importante esclarecer que, os aspectos que podem ter levado a esta diferença no volume de recursos é que a realização de eventos esportivos regionais, nacionais e internacionais exigem uma grande estrutura, como hospedagem para atletas e equipes, premiação em dinheiro, arbitragem, manutenção dos equipamentos esportivos para realização das competições, entre outros custos. O que demanda um gasto grande de recursos, em relação por exemplo ao Projeto Vida Ativa, que realiza ações com grupo focal de idosos com atividades esportivas de inclusão, o que demandaria um gasto menor. Fato que também revela a decisão política da gestão em priorizar com maiores recursos uma ação em relação à outra.

Na sequência da análise a ação que aparece com o segundo maior volume de execução orçamentária é a Implementação do Estádio Olímpico do Pará (Mangueirão). Ação que recebeu recursos do BNDES e CEF, além dos investimentos do próprio governo estadual. O gasto desta ação do Estádio Olímpico durante os quatro anos foi de R\$14.541.614,00 reais, também maior que os recursos totais executados pela SEEL no ano de 2013, que foi de R\$14.159.019,00 reais. Pode-se afirmar então que esta ação, a

reforma do estádio Mangueirão, valeu mais que todas as ações desenvolvidas pela SEEL no ano de 2013.

A ação Realização de Eventos Esportivos representa também a concretização do apoio às práticas esportivas de alto rendimento, pois as competições, jogos e campeonatos são os espaços exclusivos coordenados pelas confederações, federações e clubes esportivos, que atuam com as regras oficiais em cada modalidade esportiva, para organizar as disputas oficiais na busca da melhor performance, do melhor rendimento e do melhor resultado.

A ação Implementação de Ações de Esporte e Lazer, que busca promover as atividades esportivas e de lazer à população, aparece em terceiro lugar, com valor total de recursos executados de R\$ 7.332.111,00 reais, um valor de gasto infinitamente menor que as ações anteriores. Na sequência da análise dos dados expressos na tabela 1, aparece a ação Fabricação de Ídolos com volume total de gastos executados nos quatro anos de R\$ 5.576.604,00 reais.

Diante dos dados apresentados, já é possível perceber quais foram as prioridades na dinâmica da execução das políticas de esporte no governo Jatene. Observou-se que o foco da política esportiva foi sendo conduzido para a dimensão do esporte de rendimento. O que ocasionou, como consequência, a fragilidade da execução das ações do esporte de inclusão e que, provavelmente, não assegurou à população paraense o direito ao acesso às práticas esportivas inclusivas.

A seguir, no Quadro 1, podemos observar que as principais realizações da SEEL, que foram destacas no Relatório do PPA/2014, ratificam a política de concentração de atividades nas ações de realização de eventos esportivos, infraestrutura e práticas esportivas de alto rendimento. Observando as ações de 1 a 7 no quadro a seguir, cinco

são ações voltadas para fomento do esporte de alto rendimento, e somente uma para Esporte, Lazer e Inclusão:

Quadro 1: Realizações da SEEL em 2014

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
1. Construção da Praça do Esporte e Lazer do Complexo Esportivo - Estádio Olímpico; (INF)
2. Conclusão do estádio de Futebol de Santarém; (INF)
3. Aumento de 170 atletas representantes do Pará em competições regionais, nacional e internacional através do Programa Fabricação de ídolos (EAR)
4. Apoio a 306 atletas para representar o Pará em diversos eventos esportivos (EAR)
5. Incentivos e apoio a federações, técnicos e atletas com idade de até 17 anos (EAR)
6. Apoio à participação de atletas paraenses na Meia Maratona Internacional do RJ (EAR)
7. Apoio a grandes eventos esportivos, dentre os quais destacam-se o Campeonato Brasileiro Juvenil de Natação, o XXXVII Troféu Norte e Nordeste de Atletismo, e o Grande prêmio Brasil Caixa/Governo do Pará de Atletismo, Grand Prix de Atletismo, Campeonato Paraense de Futebol e o Campeonato Norte e Nordeste de Atletismo, eventos de nível nacional, estadual e regional, respectivamente (EVENT)
8. Atendimento a 1.547 pessoas, por meio do Projeto “Vida Ativa na Terceira Idade” (ELI)

Fonte: Pesquisa documental, com base no Relatório PPA 2014 (PARÁ, 2014, p.178).

Nos documentos oficiais, esses dados apresentados acima, junto a outros dados, como veremos mais adiante, seguem sendo destacados no conjunto da narrativa que o governo do Estado apresenta, com um discurso no qual as políticas de esporte podem ser compreendidas como direito social e com acesso assegurado aos cidadãos. Porém, o que vai sendo revelado, analisando a dinâmica orçamentária da secretaria, é um volume de recursos voltados para as ações de Eventos esportivos, Infraestrutura e Esporte de rendimento.

Portanto, a realidade da inclusão pelo esporte, anunciada pelo governo, parece não ter sido prioridade no momento dos gastos com as ações esportivas. Para Castellani Filho (2013), entender o esporte como um direito social é, também, compreendê-lo como produto da atividade humana, e que, portanto, precisamos problematizar: “para o atendimento de quais necessidades sociais o esporte foi criado?” (p. 49). Ele observa que a natureza da relação estatal com esporte, vide a trajetória brasileira, estabelece uma estrutura esportiva que vem apoiada no modelo piramidal, cuja base e seu centro se justificam para atender o objetivo do topo da pirâmide: esporte de alto rendimento.

Desta forma, como afirma Carneiro (2018), ao observar um conjunto de documentos da gestão referente ao seu planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) e as Mensagens à ALEPA, é possível identificar as ações que recebem prioridade de investimentos na gestão, pois “com o direcionamento do gasto com esporte deve ser buscado compreender, de maneira mais ampla, o que tem sido colocado no primeiro plano, se os interesses econômicos ou sociais (p. 190-191).

Em 2015, “as restrições orçamentárias influenciaram na alocação dos recursos programados e na priorização de ações voltadas ao apoio, aporte financeiro a atletas, e incentivo a projetos sócio esportivos” (CARNEIRO, 2018, p. 113). Porém, observa-se o registro de um crescimento positivo de pessoas atendidas nos projetos de esporte e lazer inseridas nos projetos sociais, com 25% a mais em relação ao apurado em 2014, com destaque para o “[...] Programa Vida Ativa que apresentou superação de meta prevista de 3.000 pessoas com 18.000 pessoas atendidas na região Metropolitana” (CARNEIRO, 2018, p. 113).

O Projeto Vida Ativa é uma das ações do Esporte, Lazer e Inclusão que tem destaque no governo, sendo a segunda ação nesta categoria que, sozinha, executou R\$ 765.739,00 reais (Quadro 15). Em primeiro ficou a ação Pró-Paz nos Bairros, com R\$ 1.110.130,00. Porém, o Pró-Paz não é uma ação planejada pela SEEL. Logo, na condição de ação efetiva da SEEL, o Vida Ativa fica em lugar de destaque na execução orçamento.

Nesse sentido, segue a **Tabela 2**, na qual apresenta o direcionamento do gasto com esporte no referido período.

Tabela 2: Direcionamento do gasto com esporte na SEEL para o período 2012 a 2015 (R\$)

CATEGORIAS DE GASTOS	TOTAL	VALORES EM %
GRANDES EVENTOS	44.794.462.00	43,11%

GESTÃO	21.575.942,00	20,77%
INFRAESTRUTURA	18.085.484,00	17,41%
ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	10.134.330,00	9,75%
ESPORTE LAZER E INCLUSÃO	9.309.291,00	8,96%
TOTAL	103.899.509, 00	100%

Fonte: Pesquisa documental, com base no PPA/LOA /BGE 2012-2015.

Conforme tabela 2, os dados gerais do direcionamento do gasto com esporte apontam o maior volume dos recursos do governo nas categorias: 1º. Grades Eventos, 2º. Gestão, 3º. Infraestrutura, 4º. Esporte de Rendimento e 5º. Esporte Inclusão. Como informado anteriormente, não analisarei os recursos gastos com a categoria Gestão, pois o foco da análise foi direcionado para as atividades fins.

Os dados apresentados acima revelam a estrutura orçamentária de como as políticas de esporte, na gestão Simão Jatene, foram direcionadas e quais suas prioridades. Compreende-se que as ações de Grandes Eventos são identificadas como um espaço para culminância das práticas esportivas de alto rendimento, são espaços para o espetáculo esportivo de grandes competições esportivas. Assim, os valores executados nas duas categorias Grandes Eventos e Esporte de Alto Rendimento somados representam os valores investidos pela gestão nas práticas esportivas de alto rendimento, totalizando R\$ 54.928.792,00 do orçamento total da SEEL, ou seja, mais de 52% do orçamento da gestão.

Assim, os grandes eventos esportivos, articulados às ações do esporte de alto rendimento, parecem ter dinamizado as políticas de esporte do Governo. Conforme

Mensagem à ALEPA:

Após aprovação pela FIFA da cidade de Belém como Centro de Treinamento de Seleções, o Governo do Estado do Pará realizou o seminário *Roadshow Soccerex – Belém 2012*, em parceria com a Empresa Inglesa *Soccerex*, com o intuito de preparar a cidade de Belém para ser Centro de Treinamento atendendo os requisitos das federações internacionais. A expectativa com a chegada das seleções para treinarem no Estado para a Copa de 2014 deverá ensejar novas oportunidades de negócios e integrar a população paraense na grande festa da Copa do Mundo de 2014, que acontecerá em nosso País (PARÁ, 2013, p. 48).

Somando-se as ações dos grandes eventos, destaca-se uma ação da categoria Infraestrutura, a Implementação do Estádio Olímpico do Pará (Mangueirão), que, sozinho, executou R\$14.541.614,00, quase a totalidade dos recursos da categoria Infraestrutura (R\$18.085.484,00). A reforma do Estádio virou uma marca da gestão, conforme segue trechos da Mensagem à ALEPA acerca dos eventos realizados no Estádio Olímpico:

Ainda no sentido de oferecer espaços adequados às práticas esportivas e de lazer, o Governo do Estado priorizou recursos no valor de R\$ 145 mil para a melhoria e adequação das dependências físicas do Estádio Olímpico Edgar Proença (Mangueirão), além de reforço nos serviços de segurança interna e externa. Em 2013, o Estádio mais uma vez foi palco de grandes eventos como o Grand Prix de Atletismo, Campeonato Paraense de Futebol e o Campeonato Norte e Nordeste de Atletismo (PARÁ, 2014, p. 56).

Os gastos com a Infraestrutura representam o terceiro maior gasto do período. A ação implementação do Estádio Mangueirão representou quase a totalidade dos recursos da categoria. Este é reconhecido tradicionalmente na cidade de Belém, e no Pará, como o palco dos grandes eventos esportivos de alto rendimento.

Os espaços construídos na categoria Infraestrutura estavam também programados para receber atividades voltadas para o esporte, lazer e inclusão. As ações partem das categorias identificadas no orçamento da SEEL, e sua grande parte está vinculada à construção de equipamentos esportivos. A ação “Construção de Espaços de Esporte e Lazer” foi a que executou o segundo maior orçamento na categoria, seguida pela ação Pró-Paz Esporte e Lazer; na sequência, ação “Construção da Praça de Esporte e Lazer do Complexo Esportivo - Estádio Olímpico do Pará”, finalizando com a ação “Pró-Paz Infra”.

A grande maioria dos espaços identificados nos documentos se referem à construção de quadras poliesportivas e ginásios poliesportivos. Segundo a “Pesquisa de

Esporte” (2003-IBGE)¹³, o estado do Pará apresentava um número muito reduzido de equipamentos esportivos no ano da pesquisa (2003), como ginásios esportivos, estádios de futebol, pista de atletismo, parque aquático, entre outros, o que de fato é uma realidade na região, pois os grandes equipamentos esportivos, no período da gestão 2012-2015, estavam concentrados na capital do estado – região metropolitana.

Tal realidade, da escassez e centralização desses espaços no estado, é um desafio para as gestões, que, ao considerar o diagnóstico na área, devem planejar e assegurar a construção, descentralização e manutenção dos grandes equipamentos esportivos no estado. Lembrando também que, no mesmo grau de importância, há a necessidade de que esses equipamentos de esporte e lazer também possam ser pensados e construídos, considerando a necessidade e realidade da diversidade socioterritorial expressa nas práticas esportivas culturais das regiões do estado, bem como oportunizar o acesso ao esporte e lazer como direito social.

Em relação ao direcionamento do gasto das categorias Esporte de Alto Rendimento e Esporte Lazer Inclusão, que são consideradas gastos finalísticos com esporte, cujas atividades são realizadas sistematicamente no atendimento à população, de um total de gastos da SEEL nos quatro anos da gestão de **R\$ 103.899.509, 00**, a categoria Esporte de Alto Rendimento executou somente R\$ 10.134.330,00, equivalente a 9% dos gastos orçamentários da gestão, e a categoria Esporte Lazer Inclusão apresentou gastos na ordem dos R\$ 9.309.291.00, cerca de 8% dos gastos totais com a política de esporte da gestão. No conjunto do direcionamento dos gastos do governo com esporte, essas duas categorias aparecem com os dois menores orçamentos executados (gastos) durante a gestão.

¹³ Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9156-pesquisa-de-esporte.html?=&t=o-que-e>. Acesso em nov/2019.

No decorrer da pesquisa, com o cruzamento dos dados entre o total do direcionamento do gasto por categoria e os valores específicos de cada ação/projeto, se delineou a visão que a gestão tinha sobre o esporte e como, conseqüentemente, essa política se traduzia na constituição dos projetos e ações prioritários. E como enfatiza Manhães (2002), a definição dessas prioridades, e das narrativas utilizadas para descrever políticas de esporte como meio para inclusão social, não podem ser consideradas como questões meramente técnicas.

Conseqüentemente, para chegarmos às prioridades, em suas articulações, tivemos que estender nosso objetivo ao binômio prioridades-conceitos. Seria ingênuo admitir que a formulação de conceitos e as prioridades daí decorrentes sejam questões meramente técnicas. Tal perspectiva partiria da premissa da neutralidade do estado enquanto aparelho, o que, aliás, objetivam as classes ou blocos sociais nele dominantes e os intelectuais formuladores de suas políticas, que, em todos os campos da vida, pretendem passar por gerais seus interesses e visões particulares, sua hegemonia. Falam assim, em nome do “desporto”, da “educação”, da “saúde”, ou da “produção” [...] (MANHÃES, 2002, p.19).

Os textos oficiais indicam que as ações de esporte e lazer e inclusão foram desenvolvidas pelo governo como prioridade para assegurar a participação de uma grande parte da população nas práticas esportivas, o que era de se esperar a garantia do maior volume de recursos, bem como de projetos e ações, na dimensão esporte participação. Contudo, após as incursões nos documentos, pode-se constatar as contradições do discurso do governo.

A realidade das políticas de esporte no Brasil é que historicamente vem, durante anos, respondendo a pauta das práticas esportivas do alto rendimento (em especial o futebol e o voleibol – os mais populares), influenciadas pelas demandas do mercado (patrocinadores, tempo de televisão, contrato dos atletas, clubes empresas, equipamentos e material esportivo com espaço para veiculação das marcas oficiais de megaempresas do setor esportivo, dentre outros). Segundo Brohm (1982, *apud* CARNEIRO, 2018, p. 291)

[...] as características do esporte estão diretamente relacionadas ao capitalismo, pois o esporte tem se apresentado como elemento que reforça o sistema social vigente, sem que as classes subalternas percebam. Além disso, as políticas esportivas desenvolvidas se pautam no discurso da inclusão social e da focalização na juventude pobre, possibilitando o acesso à chamada “população de risco”

O Estado brasileiro também se alinha a este aspecto e coloca o esporte como uma janela para propagandear seus governos e suas políticas, a exemplo do que foi a disputa pela cidade sede da Copa do Mundo, entre o Pará e o Amazonas, sendo este fato um dos elementos destaques na disputa eleitoral do período 2010, e seguiu aparecendo nas mensagens oficiais do governo eleito, quando do registro em documentos oficiais da volta do estado do Pará ao cenário nacional dos grandes eventos esportivos.

Outros aspectos identificados nos documentos analisados da gestão é a quase ausência, no discurso oficial, das ações de Esporte que assegurassem à população a vivência em práticas esportivas na perspectiva da identidade cultural de cada região.

Na descrição de seus relatórios sobre a realização dos eventos, nas mensagens do governo à ALEPA, as atividades culturais locais são apontadas como modalidades de grande importância para o fortalecimento e a identidade do povo do Pará, que expressa a riqueza e valorização da cultura do povo paraense e que assim recebem a atenção especial por parte do governo do estado. Contudo, tal discurso não foi concretizado no aumento dos recursos financeiros para essas manifestações, tão pouco com implementação de novas ações dessa natureza.

Esta realidade das políticas de esporte no Pará levanta inquietações, uma vez que a região Norte carrega no imaginário nacional as expressões da floresta amazônica e sua forte identidade com a cultura dos povos tradicionais, sejam indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, assentados ou os povos da floresta, das águas. Porém, estas identidades não aparecem com a força que deveriam/poderiam nas políticas locais (MARQUES, 2018). Segundo o autor, esta situação de uma política distanciada da

identidade cultural da região, expressa nos textos referentes aos aspectos econômicos da Amazônia, reflete a força do processo colonizador na região, seja de outros países que aqui chegaram no período do Brasil Colônia até a primeira República, seja com o advento da modernização e a força de uma cultura de massa.

As análises indicam que a centralidade da política pública de esporte no Estado foi pautada nas ações dos grandes eventos esportivos, articuladas à modernização do equipamento esportivo do estado: Estádio Mangueirão. Quiçá os textos dos relatórios e mensagens apresentarem as ações desenvolvidas envolvendo as dimensões do esporte: inclusão e lazer e alto rendimento. Na descrição das ações, é possível perceber a hegemonia das práticas de esporte de alto rendimento, e como já foi apresentado, com o maior volume de recursos destinados a estas ações.

Considerações Finais

Democratizar o conhecimento sobre a estruturas da administração pública é uma tarefa colocada também para os pesquisadores no campo das políticas públicas na região; o conhecimento é uma ferramenta fundamental para instrumentalização das lutas em defesa das políticas públicas e direitos sociais, especialmente as ações de esporte e lazer.

Neste estudo, foi analisado como se efetivou o financiamento das políticas públicas de esporte no estado do Pará, na gestão Simão Jatene 2012-2015. Buscou-se, com as análises dos documentos oficiais, revelar a centralidade da política esportiva da gestão e, a partir das análises das categorias de gastos com esporte, identificar quais foram as prioridades das políticas da Secretaria de Esporte, assim como qual a dimensão de esporte recebeu o maior volume de recursos do governo.

Compreender o esporte como um bem cultural e assegurá-lo como um direito

social foi uma marca da presente análise sobre as políticas públicas para o setor, com destaque para a Constituição Federal (CF)/1988 como um marco legal importante para a materialização desse direito em todo o país. A CF, ao longo de sua existência, é reconhecida por diversos autores na área como um marco estratégico para subsidiar a implementação de políticas públicas de esporte pelo Estado. Porém, para que essas políticas estejam ao alcance da população, o Estado deve garantir os investimentos públicos para tal, materializando a política por meio de programas, projetos e ações, executadas pelos diferentes entes federados: União, Estados e Municípios.

Os princípios neoliberais em políticas de Estado vêm gerando a rediscussão do papel deste com a idéia de um Estado mínimo que, entre tantas outras características, retira o peso da carga tributária sobre o capital e reduz os gastos e receitas públicas com as políticas sociais.

Sendo assim, este estudo inicia as investigações sobre a realidade do financiamento do esporte na região Norte, temática importante para contribuir com as pesquisas sobre as políticas públicas de esporte e lazer na região.

Diante deste contexto e tendo como base para análise o PPA, LDO, LOA –BGE e Mensagens à Assembleia Legislativa, respondeu-se as questões: quais as dimensões do esporte que foram priorizadas na execução dessas políticas? Quais foram as ações prioritárias em termos de gastos na área de Esporte no referido período?

Quanto ao direcionamento do gasto com esporte da Secretaria de Esporte e Lazer (SEEL) evidenciou-se que há uma centralidade do financiamento e gastos com esporte na Realização dos Grandes Eventos Esportivos e na Infraestrutura, com destaque para reforma do Estádio Olímpico “Mangueirão”, palco dos grandes eventos esportivos que, sozinho, executou quase a totalidade dos recursos da categoria Infraestrutura. No que se refere aos gastos com a dimensão do esporte, a gestão

priorizou uma dimensão esportiva que não responde a possibilidade do acesso universalizado à maioria da população. Entre os gastos finalísticos com esporte, o destaque foi para ação “Fabricação de Ídolos”, pertencente à categoria de gastos EAR.

A categoria Grandes Eventos executou os maiores recursos do período. E segundo os textos oficiais, a realização desses grandes eventos teve, na maioria de suas realizações, o caráter de competições esportivas de alto rendimento, com abrangência regional, nacional e internacional. Os valores dos Grandes Eventos, somados às ações da categoria Esporte de Alto Rendimento, totalizaram mais de 52% do orçamento da SEEL no período.

No que se refere às dimensões de esporte desenvolvidas pela gestão, nos textos oficiais as ações de esporte e lazer e inclusão foram apresentadas pelo governo como prioridade, buscando assegurar a participação de uma grande parte da população nas práticas esportivas, o que nos remeteu à perspectiva de ver garantido o maior volume de recursos para os projetos e ações na dimensão esporte participação. Contudo, após as incursões nos documentos, constatei as contradições do discurso do governo, pois a dimensão esporte participação apresentou os menores recursos do orçamento executado.

Os dados analisados indicam uma crescente nos recursos no conjunto das ações do esporte de rendimento, observando a articulação dessas ações do EAR com a grande maioria dos projetos de grandes eventos esportivos no Estado. E conforme dados apresentados, essas ações foram executadas também pela parceria de empresas estatais federais, como o BNDES e Caixa Econômica Federal. Essa centralidade é revelada também no investimento à formação de atletas, com execução de três ações durante a gestão: Apoio a atletas, Novos Talentos Esportivos e Projeto Fabricação de Ídolos. A categoria Grandes Eventos, durante a gestão, foi a que apresentou a melhor regularidade na execução dos recursos.

Assim, as políticas de esporte no governo Simão Jatene (2012-2015), refletidas na narrativa do governo e no orçamento executado, além da realização dos grandes eventos esportivos, elegeram como símbolo de sua gestão a modernização do grande equipamento de lazer, o Estádio Olímpico “Mangueirão”, que foi ao longo da gestão o palco dos grandes eventos esportivos. Uma outra marca destacada na gestão foram as ações Fabricação de Ídolos e Apoio aos atletas, ações que dinamizaram a articulação da secretaria com as entidades esportivas no estado, como clubes, associações e federações da mais diferentes modalidades. Os dados revelam também que a SEEL não executou um valor significativo para os gastos com Esporte e Inclusão.

Os dados analisados materializam uma política que não consegue garantir, para a maioria da população, o acesso ao esporte como direito social. Uma vez que as práticas esportivas de alto rendimento têm, em sua dinâmica, a tendência de atender um quantitativo menor de pessoas

Diante dessa realidade, pode-se afirmar que a lógica de concentração do orçamento no esporte de alto rendimento não dialoga com o que estabelece a Constituição Federal de 1988, Artigo 217 e Inciso II, tampouco com a Constituição Estadual, quando apontam a prioridade de destinação dos recursos públicos para o esporte educacional e, somente em casos específicos, para o esporte de rendimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. R. A crise dos anos 1980: estado e economia. **Tempos Históricos, Marechal Cândido Rondon**, v.13, n. 1, p. 39-69, 2009.

ATHAYDE, P. F. **O ornitorrinco de chuteiras**: determinantes econômicos da política de esporte do governo lula e suas implicações sociais. 2014. 415f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BASTOS, F. C. Apontamentos sobre a participação da sociedade no desenvolvimento de políticas de esporte no Brasil. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva - RIGD**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 44-59, jan./jun. 2011.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BGE/SEFA. **Balço Geral do Estado**. 2012-2015. Disponível em: <http://www.sefa.pa.gov.br/>. Acesso em: 12 maio 2019.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009. p. 575-593.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União. 5 out. 1988.

BROHM, J. M. **Sociología Política del Deporte**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

BRULON, V.; VIEIRA, M. M. F.; DARBILLY, L. Choque de gestão ou choque de racionalidades? O desempenho da administração pública em questão. **REAd. Rev. eletrôn. adm.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 1-34, abr. 2013.

CARNEIRO, F.H. **O Financiamento do Esporte no Brasil: aspectos da atuação estatal nos governos Lula e Dilma**. 2018. 386f. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física, esporte e lazer: reflexões nada aleatórias**. Campinas: Autores Associados, 2013.

GIL, A. C.. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRASSO, R. P.; ISAYAMA, H. F. Financiamento e políticas públicas de esporte e lazer: uma análise da gestão no município de Santarém/PA (2005-2012). **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 151-167, 2017.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

MARQUES, G. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

MASCARENHAS, F. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. **Rev Bras Educ Fís Esporte**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 963-980, 2016.

MATHIAS, W. B.; ATHAYDE, P. F.; MASCARENHAS, F. (Orgs.) **Políticas de Esporte nos anos Lula e Dilma**. Brasília: Thesaurus, 2015.

MANHÃES, E. D. **Política de Esporte no Brasil**. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MINAYO, C. de S. Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In*: MINAYO, C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PARÁ. Governo do Estado. **Projeto PROPAZ**, 2011.

PARÁ. **Lei nº 7.595**, de 28 de dezembro de 2011. (PPA 2012-2015). 2011a. Disponível em: https://seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2012-2015/lei_7.595-11.pdf. Acesso em: out. 2018.

PARÁ. **Lei de Diretrizes Orçamentárias**. SEPLAN, 2012. Disponível em: <http://seplad.pa.gov.br/lei-de-diretrizes-orcamentarias-ldo-2/>. Acesso em: 12 out. 2018.

PARÁ. **Mensagem do Governo do Pará a Assembleia Legislativa**. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Belém: SEPLAN, 2013.

PARÁ. **Mensagem do Governo do Pará a Assembleia Legislativa**. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Belém: SEPLAN, 2014.

PARÁ. Secretaria do Estado da Fazenda - SEFA. **Anuário Estatístico de Receitas do Estado do Pará**. PARÁ, 2014. Disponível em: http://www.sefa.pa.gov.br/arquivos/contabilidade/ANUaRIO_SEFA_2014.pdf. Acesso em: 23 jan. 2019.

PARÁ. **Lei nº 6.093/1997**. Cria a Organização Desportiva do Estado do Pará. 2018. Disponível em <http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/lo6093.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2018.

RITTNER, V. Esporte, um meio de integração social? *In*: MALINA, A; CESARIO, S. (org.) **Esporte fator de integração e inclusão social?** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

Endereço dos(as) Autores(as):

Fátima de Souza Moreira
Endereço Eletrônico: macapa13@hotmail.com

Lucília da Silva Matos
Endereço Eletrônico: luciliasmatos@gmail.com

Luciano Pereira da Silva
Endereço Eletrônico: lpereira45@hotmail.com